



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA - <https://www.tre-ma.jus.br>

PROCESSO	: 0005794-96.2023.6.27.8000
INTERESSADO	: ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E APOIO À GOVERNANÇA-ASESG SUPER ESTÁGIOS LTDA EPP
ASSUNTO	: PRORROGAÇÃO. CONTRATO Nº 27/2023.

Parecer nº 1475 / 2025 - TRE-MA/PRES/DG/ASJUR

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo de vigência do **Contrato nº 27/2023**, firmado com a empresa **SUPER ESTÁGIOS LTDA EPP**, pelo período de mais 01 (um) ano, de 1º/09/2025 a 31/08/2026, tendo por objeto a prestação de serviços de agente de integração (AI) para operacionalizar os programas de estágio (nível superior e pós-graduação) e residência jurídica do TRE/MA, conforme Pregão Eletrônico nº 18/2023.

O pacto terá sua vigência finalizada em 31/08/2025 (doc. nº 2261030).

Consta dos autos a manifestação da contratada, informando que tem interesse na renovação, nas mesmas condições acertadas anteriormente, incluindo os valores relativos à taxa de administração (doc. nº 2468485).

A Fiscal do Contrato também declarou interesse na prorrogação (doc. nº 2512536).

Quanto à demonstração de vantajosidade, encontra-se compatível com os valores de outras contratações, conforme evidenciado pela fiscalização (doc. nº 2512536):

Como se vê, o valor atualmente contratado para o estágio de graduação, encontra-se compatível com os valores de outras contratações. Embora para o estágio de pós-graduação e residência jurídica o coeficiente tenha ficado acima do indicado na metodologia utilizada no mapa de preços (Id. 2512427¹¹), entendemos que se trata de uma variação insignificante que não descaracteriza a homogeneidade da amostra, demonstrando que o valor atualmente praticado no Contrato nº 27/2023 -que inclusive não sofrerá reajuste- está compatível com o valor de mercado, conforme exigido pela norma regente.

Ressalte-se ainda que, a prorrogação contratual elimina custos administrativos de uma nova contratação.

Dessa forma, considerando que a empresa Super Estágios se manifestou favorável em prorrogar a vigência do Contrato e que possui um grau satisfatório na prestação de serviço como agente integrador de estágio, materializado, dentre outras, pelas solicitações de renovações por parte dos supervisores, entendemos que a sua permanência é mais vantajosa para a administração neste momento, tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos.

Acerca da disponibilidade de recurso, a Seção de Programação e Execução Orçamentária - SEPEO (doc. nº 2513306) informou que, (...) *em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101/00, de 04.05.00) e a LOA 2025 (Lei n.º 15.121, de 10 de abril de 2025), o saldo atualmente disponível será suficiente para custear a presente despesa com a prorrogação do Contrato 27/2023, por mais 12 (doze) meses, conforme pré-empenho: 181/2025. A despesa deverá ser enquadrada na seguinte dotação: Ação Orçamentária: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral; UGR: 070140 - ASESG; Natureza da Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Plano Interno: ADM ESTAGI.*

As certidões fiscais e trabalhistas da empresa encontram-se regulares e não foram verificados

impedimentos ou ocorrências impeditivas indiretas, conforme Declaração SICAF apresentada (doc. nº 2519523).

Feitas estas considerações iniciais, passa-se à análise dos aspectos jurídicos relativos ao pedido, levando em conta que os de natureza técnica e orçamentária encontram-se superados com as manifestações dos setores responsáveis e servidores signatários.

Inicialmente, acerca da continuidade dos serviços, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o renomado autor Marçal Justen Filho ensina que^[2]:

*[...] a identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. **A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita.** Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro.*

*Estão abrangidos não apenas os serviços essenciais, mas também as necessidades públicas permanentes relacionadas com atividades de menor relevância (tal como limpeza, por exemplo). **O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço. (grifos nossos)***

Com efeito, ante o acima explicitado, constata-se que os serviços de agente de integração (AI) para operacionalizar os programas de estágio (nível superior e pós-graduação) e residência jurídica do TRE/MA, encontra-se prevista na Resolução TRE/MA nº 9.156/17, senão vejamos:

Art. 5º O processo de recrutamento e seleção de estagiários não-obrigatórios poderá ser realizado por agente de integração, mediante celebração de contrato com o TRE-MA, que supervisionará a realização de processo seletivo aberto ao público.

[...]

Art. 7º Caberá ao agente de integração, como auxiliar no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio não-obrigatório:

I - recrutar estudantes, por meio de processo seletivo convocado por edital público;

Sobre a matéria, o art. 105, da Lei nº 14.133/21, que regulamenta o presente contrato, dispõe o seguinte:

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

[...]

De sua vez, a Instrução Normativa nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, em seu Anexo IX, determina que:

[...]

3. Nas contratações de serviços continuados, o contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, podendo ser prorrogados, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que a instrução processual contemple:

a) estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

e) manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação, e

f) comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

[...]

11. A Administração não poderá prorrogar o contrato quando:

[...]

b) a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

No mesmo diapasão, a Resolução TSE nº 23.702/2022 estabelece:

Art. 26. Nas prorrogações das contratações de serviços ou fornecimentos prestados de forma contínua é obrigatório indicar no processo se:

I - persistem as justificativas motivadoras da contratação;

II - a solução continua atendendo a contento a necessidade que a originou; e

III - os valores contratados estão condizentes com os praticados no mercado, e, se for o caso, nas contratações recentes realizadas por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, observadas a similaridade da contratação.

Parágrafo único. Nos casos de prorrogações sucessivas em que não seja possível comprovar que o valor do contrato está condizente com o de mercado, a autoridade competente poderá, motivadamente e mediante inclusão de cláusula resolutória por meio de termo aditivo, prorrogá-lo uma única vez e iniciar, imediatamente, processo administrativo para nova contratação.

A Cláusula Sétima do Contrato nº 27/2023 (doc. nº 1930369), por sua vez, registra:

CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA

7.1. O contrato terá período de vigência de 12 (doze) meses, com início em 01º/09/2023 e término em 31/08/2024, na forma do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogável por até 10 anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos prazos previstos no Art. 94 da Lei n.º 14.133/2021.

[...]

Da leitura dos dispositivos citados, observa-se que os contratos administrativos executados de forma contínua podem ser prorrogados, desde que os serviços tenham sido prestados regularmente, que haja interesse da Administração na realização da atividade e que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso, além da manifestação expressa da contratada acerca da prorrogação. Ademais, deve-se verificar se a empresa continua em condições de contratar com o Poder Público.

Ante o exposto, uma vez que foram atendidos os critérios legais e contratuais, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela viabilidade da **prorrogação** do prazo de vigência do **Contrato nº 27/2023**, firmado com a empresa **SUPER ESTÁGIOS LTDA EPP**, pelo período de mais 01 (um) ano, a *critério da conveniência e oportunidade da Administração*, **sem reajuste dos valores**, com apoio nos artigos 105, 106 e 107, da Lei nº 14.133/21; no art. 5º, caput e no art. 7º, inciso I, da Resolução TRE/MA nº 9.156/2017; no art. 26 da Resolução TSE nº 23.702/2022, bem como na Cláusula Sétima do pacto firmado entre as partes signatárias.

São Luís, datado e assinado eletronicamente.

Marcelo Lira de Carvalho Nóbrega
Técnico Judiciário

De acordo.
À Diretoria - Geral.

ADELINA MARIA LEITE ASSIS
Assessora Jurídica Chefe Substituta

Ciente, submeto à consideração do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente.

KLAYTON NOBORU PASSOS NISHIWAKI

Diretor - Geral

[1] O ID correto é 2512525.

[2] JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo: 2016, pág. 1109.



Documento assinado eletronicamente por **ADELINA MARIA LEITE ASSIS, Analista Judiciário**, em 22/07/2025, às 15:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO LIRA DE CARVALHO NÓBREGA, Técnico Judiciário**, em 22/07/2025, às 15:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KLAYTON NOBORU PASSOS NISHIWAKI, Diretor Geral**, em 22/07/2025, às 19:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2519831** e o código CRC **0D38BFD5**.

0005794-96.2023.6.27.8000 2519831v12

